

MULHERES AFRO-INDÍGENAS NA LUTA PELO TERRITÓRIO FRENTE AO RACISMO AMBIENTAL NA BAHIA

Catarina Silva dos Santos[1]
Gilca Garcia de Oliveira[2]

Palavras-chave: terra; gênero; raça.

INTRODUÇÃO

Os conflitos no campo, são uma realidade da questão agrária baiana, que no bojo de suas relações de produtividade, ainda tem no racismo e no patriarcado os motores de suas articulações. Diversas atividades econômicas têm resultado na intensificação da vulnerabilidade dos povos de comunidades tradicionais e camponesas.

No campo, as mulheres desempenham um papel central na luta pelo território, enfrentando uma estrutura concentradora e expropriadora, produzida pelo agronegócio, pela mineração, pelas energias renováveis, megaempreendimentos e por diversos projetos estatais que continuam a usurpar as terras de comunidades tradicionais e camponesas.

Diante disso, o objetivo do presente estudo é expor de que modo as mulheres negras e indígenas têm se organizado na luta contra a estrutura vigente, quais desafios têm enfrentado em suas trajetórias sócio-políticas, e como essas lideranças têm sido noticiadas pela mídia jornalística, a fim de compreender quando elas aparecem, como aparecem e quantas vezes aparecem. Ademais, identificar e espacializar as comunidades e associações que são protagonizadas e organizadas por mulheres na Bahia.

METODOLOGIA

[1] Graduanda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, membra do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA.
[2] Professora Drª da Universidade Federal da Bahia. Atua no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFBA) e no Programa de Graduação em Geografia (POSGEO/UFBA). Membra dos Grupos de Pesquisa GeografAR e GEPODE.

Para atingir o objetivo proposto, será conduzido um estudo de caráter exploratório, fundamentado em pesquisa bibliográfica voltada à análise das interseções entre a questão agrária em sua dimensão territorial, gênero, raça e os impactos do racismo ambiental sobre comunidades tradicionais e camponesas. Complementarmente, serão examinados portais de jornais e mídias digitais — através de pesquisas no Google Notícias e na Hemeroteca Digital da Questão agrária na Bahia — com o intuito de identificar e analisar a visibilidade dada à atuação de mulheres afro-indígenas na luta por/na terra e território.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente artigo se baseia nas metodologias de estudo do Grupo Pesquisa GeografAR/UFBA, em que a questão agrária é analisada em sua dimensão territorial, pois compreende-se que "embora a Questão Agrária possa ser analisada de várias dimensões, ela vai ter sempre uma dimensão territorial e vai ser sempre expressão de uma questão territorial" (Germani, 2010). Essa perspectiva permite compreender como as disputas engendradas pelo capital racista e patriarcal no campo baiano afetam diretamente territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e camponesas. O modo como esses conflitos afetam a vida das mulheres negras e indígenas, e como elas têm se mobilizado para a defesa de seus territórios é a inquietação que impulsiona este estudo. Do ponto de vista teórico essa pesquisa se apoia em Haesbaert(2020), Seabra (2018), Germani (2010), Seguel (2013) e Pacheco (2006) em Filgueira (2021).

A Bahia possui um número significativo de comunidades tradicionais identificadas que, em sua maioria, enfrentam insegurança devido à ausência de regularização fundiária. A falta desse amparo jurídico expõe essas comunidades a conflitos pela terra, agravando sua condição de extrema vulnerabilidade.

Esse fato nos leva a supor que o ataque sofrido por essas comunidades em seus territórios e o descaso do Estado em efetivar a sua titularização configuram um caso de racismo ambiental, considerando que a maior parte da população rural é composta por pessoas negras e indígenas. De acordo com os dados elaborados pelo GeografAR, são 944 Comunidades Negras Rurais e Quilombolas Identificadas na Bahia (GeografAR, 2024), 599 Associações de Fundo e Fecho de Pasto identificadas (GeografAR, 2018), 517 Comunidades Tradicionais Pesqueiras Identificadas no litoral (GeografAR, 2022) e 28 Territórios indígenas, TI em processo de demarcação (Sedur/Ba, 2023).

Comumente é possível perceber a presença implacável das mulheres na resistência, e em defesa de suas identidades, e portanto dos seus territórios, pois é através da relação com o espaço que seus modos de vida são estabelecidos.

O início de um debate em torno do território e a questão de gênero se deu com as mulheres indígenas da Venezuela, elas são as principais protagonistas a tratar o território como corpo, e a problematizar a concepção de "corpo-território" na América Latina e utilizá-lo como ferramenta de luta (Haesbaert, 2020). Desse modo, gênero e raça, a partir de um olhar decolonial "latino-americano", tornam-se indissociáveis da condição territorial (Haesbaert, 2020), pois o corpo que é território, e o território que é corpo, possui gênero e raça.

Nesse sentido, quando um território ocupado tradicionalmente vivencia um processo de intervenção de megaprojetos, todas as modificações que ocorrem a nível ambiental/territorial gera um impacto nos corpos. Como lembra Cruz Hernández (2017), espaços extrativistas são altamente masculinizados, e a instalação de empresas provoca um processo de "patriarcalização dos territórios". Em uma perspectiva distinta, o *Colectivo Miradas Críticas del Território desde el Feminismo*, formado por estudantes,

pesquisadoras, professoras e críticas engajadas na relação entre feminismo e território, propõe o conceito de "repratriarcalização dos territórios" (*Colectivo Miradas Críticas del Território desde el Feminismo*, 2014 *in* Seabra, 2018). Esse termo enfatiza que as relações machistas já existiam antes das intervenções externas no território, sendo, portanto, reforçadas e ressignificadas nesse contexto (Seabra, 2018).

Desse modo, se estima que o aumento da violência nesses espaços dominantemente masculinos é mais um fator que leva ao engajamento das mulheres, especialmente aquelas vinculadas à vivência comunitária dos povos originários e tradicionais, contra essas formas de exploração e repatriarcalização. É nesse contexto que surgem inúmeros movimentos capitaneados por mulheres, sobretudo mulheres indígenas – no caso venezuealo – que proclamam a "defesa do corpo e do território" (Haesbaert, 2020).

Na Bahia, esse movimento acontece no âmbito da "Rede Elas Negras Conexões", "Quilombo Articula Mulheres", "Acampamento de Mulheres do Campo e da Cidade", "Articulação de Mulheres Pescadoras da Bahia", "Articulação de Mulheres pelo Cerrado" no Oeste da Bahia, "Associação de Mulheres Beijuzeiras do Quilombo de Cordoaria", Resistência das Mulheres do Quingoma, entre outras articulações/mobilizações feitas por mulheres. A presença de megaprojetos no campo baiano, como o agronegócio no Oeste baiano, os parques eólicos na Chapada Diamantina e a intensa especulação imobiliária na Região Metropolitana de Salvador, que afeta comunidades tradicionais como o Quilombo Ilha de Maré e o Quilombo Quingoma, exemplificam bem o que Haesbaert (2020) conceitua como uma agressão ao 'território-corpo' das mulheres afro-indígenas. A expulsão desses grupos de seus territórios compromete não apenas seu modo de vida, mas atinge diretamente seus corpos, sua espiritualidade e sua organização social — reforçando a lógica colonial e patriarcal de apropriação da terra e da vida.

Tendo em vista que, não é possível conceber o corpo feminino sem um espaço na terra que dignifique a existência e promova a vida em plenitude (Cabnal, 2010 *in* Haesbaert 2020), para as mulheres de povos e comunidades tradicionais - camponesas, agricultoras, pescadoras, extrativistas - essa dignidade só é possível, por meio da garantia ao território, e sua devida regularização.

Embora a regularização fundiária não assegura, por si só, a implementação de políticas públicas essenciais, como educação, saúde e saneamento básico, é por meio desse aparato jurídico que as comunidades tradicionais se fortalecem diante das inúmeras investidas externas no seu território, e se tornam menos vulneráveis, é por meio da garantia do chão que se pisa, que condições de vida melhores devem se firmar.

O que é vivenciado pelas comunidades tradicionais e camponesas na Bahia pode ser classificado como um caso explícito de Racismo Ambiental, desse modo as mulheres estão lutando pelo território ao passo que combatem e enfrentam o Racismo Ambiental em suas diferentes facetas e nuances.

O racismo ambiental se trata de uma categoria analítica, que o presente estudo se debruça, junto a outras categorias como: questão agrária, gênero e raça. Nesse sentido, o artigo de Filgueira (2021) intitulado *"Racismo Ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de especialidades racializadas",* traz um panorama do conceito, que nos permite compreender melhor como a ocupação e uso do solo são condicionados pela questão racial.

Segundo Filgueira (2021), o racismo ambiental enquanto presunção conceitual, nasceu a partir da segunda metade do século XX, no contexto norte-americano de resistência negra. O autor faz um destaque aos estudiosos do campo geográfico que deu força a esse conceito, a saber: Milton Santos (1996), Fabiana Luz (2020), Renato dos Santos (2012), Diogo Cirqueira (2020), Lorena de Souza e Vinicius Aguiar (2019),

Antonia Garcia (2012) e Paula Regina Cordeiro (2020). Considera que esse debate surgiu devido aos impactos negativos da industrialização em territórios ocupados por pessoas negras, e que sua fundamentação epistêmica foi elaborada por Robert Bullard (1996).

Bullard (1996), em Filgueira (2021), traz que nos Estados Unidos comunidades negras são comumente intoxicadas e negligenciadas pelo governo, destaca que as legislações ambientais geram desigualdades na sociedade, onde as populações não-brancas são as que mais sofrem, principalmente devido a ocorrência de toxinas industriais em seus ambientes de trabalho e nos bairros que moram. Sobre isso, Filgueira (2021) destaca que há racismo ambiental no Brasil como há nos Estados Unidos, e que aqui ele é executado pela investida do capitalismo e pelo negligenciamento estatal em que a teia de grupos sociais atingidos é amplificada.

O autor faz uma análise do racismo ambiental na perspectiva de Seguel (2013), em que este se trata de uma violação de direitos humanos causada por governos e pelo setor privado, que agridem o ambiente, a biodiversidade, a qualidade de vida e a segurança de grupos e indivíduos baseados em raça, classe, cor, gênero, casta, etnicidade e/ou origem nacional. Por outro lado, Pacheco (2006) chama de racismo ambiental " às injustiças sociais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas", e em suas palavras infere que,

> [...] os grupos eliminados (negros, indígenas, ribeirinhos) da posse cidadã do meio ambiente são vítimas da gestão de um Estado genocida, que atua sob a racionalidade biopolítica. Com isso o que se quer dizer é: o racismo ambiental, visto como privação étnico-espacial de cidadania, é uma extensão da biopolítica (Filgueira, 2021).

Esse ponto de vista, abarca de melhor modo o que ocorre no campo baiano, diante de uma estrutura fundiária concentradora, que constantemente coloca em risco a vida de mulheres negras e indígenas, em nome de um projeto capitalista de vida, onde só prevalecem e bem vivem os que historicamente exploraram as minorias étnicas em direitos deste país. A estrutura fundiária da Bahia é, como afirma Germani (2010), a concretização espacial das relações sociais. E, nesse sentido, revela o racismo que estrutura e estratifica a classe em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, busca-se contribuir para a visibilização das lideranças femininas negras e indígenas, na luta por justiça territorial e ambiental na Bahia, evidenciando como suas ações enfrentam estruturas patriarcais e racistas enraizadas na dinâmica agrária brasileira. A intenção é, também, colaborar com o que propõe Filgueira (2021): compreender quem são, o que almejam e como se posicionam as rebeliões negras – e indígenas – espaciais contra os "donos do poder", em prol do acesso cidadão ao meio ambiente, enquanto um dos grandes desafios do nosso século. Ademais, objetiva-se sistematizar dados acerca dessa população, através da espacialização cartográfica da presença de organizações e associações em comunidades e territórios que são geridos por mulheres no campo.

Portanto, espera-se fazer saber quem são as pessoas envolvidas diretamente na construção de uma outra forma de viver, frente ao avanço do capitalismo racista patriarcal na sociedade. Em tempos de tantas violências e conflitos que aflige a vida de pessoas no campo, e que levou ao assassinato de Mãe Bernadete (2023) e Nega Pataxó (2024), é necessário que se diga sobre quem luta e as honre antes que o capitalismo mate suas vidas e a possibilidade de verem brotar um novo amanhã, pelo qual tanto lutaram.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Paula Regina. Racismo e regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas da Bahia. *Revista ABPN*, v. 12, Edição Especial, p. 126-152, abr. 2020.

FILGUEIRA, André Luiz. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186-201, ago. 2021.

GARCIA, Antonia dos Santos. Mulher negra e o direito à cidade: relações raciais e de gênero. In: SANTOS, M. (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GERMANI, Guiomar Iara. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). *(GEO)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2010. p. 269-304.

HAESBAERT, Rogério. *Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais*. 2020. *In*: Geofraphia. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico). GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020

SEABRA, Joana Emmerick. *Construindo leituras feministas sobre territórios atingidos por megaprojetos de desenvolvimento. In*: Anais XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), 2018.

SACRAMENTO. Elionice Conceição. *Da diáspora negra ao território de Terra e Águas. ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas.* 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: GERNER, Júlio (Org.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil de hoje: ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 mai. 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0705200016.htm. Acesso em: 01 Mai. 2025.